

GUAPORÉ

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

CEDI - P. I. B.
DATA 07/11/80
COD 31871

2 séculos de resistência

O Vale do Guaporé, com suas matas exuberantes, exerceu, desde o início do século XVIII, fascínio sobre os exploradores. No entanto a hostilidade dos guerreiros Nambiquara impediu a penetração no vale, que permaneceu por muitos anos área de refúgio dos quilombos. Escravos foragidos das minas de ouro dos tempos coloniais penetravam no vale, disputando mulheres com os índios.

A cidade de Vila Bella de Mato Grosso, na confluência dos rios Guaporé e Sararé, capital da Província de Mato Grosso desde 1750, foi por décadas e décadas sistematicamente saqueada pelos índios. O velho sonho de transformar Vila Bella no "verdadeiro coração da América Meridional" com a ligação dos rios Guaporé e Madeira através da estrada de ferro Madeira-Mamoré nunca se concretizou e a região "Infestada de malária e índios bravos" caiu no esquecimento.

Com a República, a "Comissão Rondon" conseguiu ligar em 1908, o sul do país ao rio Madeira passando ao norte do Vale do Guaporé pela Chapada dos Parecís. Implantada a linha telegráfica, ao longo da qual só era possível trafegar com tropas de carga, iniciou-se uma nova investida frustrada contra o território dos Nambiquara do Guaporé por parte dos seringueiros mais ousados que se aventuravam a descer para o vale.

Ainda nas décadas de 40 à 60 - época em que se deu o 2 surto da borracha - enquanto os Nambiquara da Chapada dos Parecís, "pacificados" por Rondon, eram compulsoriamente empregados como mão de obra nos seringais, os índios do Vale continuaram repelindo os intrusos.

A "linha de Rondon" transformou-se logo após sua construção numa "linha fantasma" onde os poucos funcionários espalhados pelos pos-

tos telegráficos permaneciam aos a fio em completo isolamento enquanto os seringueiros que por ela penetravam nunca se fixaram na região.

A BR 364 e a invasão do Vale

A construção da rodovia BR 364 (Iniciada em 1960) é que realmente abriu o Noroeste do Estado de Mato Grosso e o Sul do Território de Rondônia para uma ocupação efetiva. A Rodovia Cuiabá-Porto Velho começou a ficar transitável em 1963 mas o Vale do Guaporé já vinha sendo alvo de altas especulações e algumas áreas já tinham vários donos.

Os primeiros desbravadores foram aos poucos penetrando no Vale, abrindo estradas, campos de pouso, derrubadas, as primeiras bases das futuras empresas agropecuárias. Em 1964 se dá o primeiro contato "pacífico" com um grupo Nambiquara do Vale e até 1971 foram sendo contatados (a maioria por missionários americanos), mais 7 grupos: os Mamaindê, os Negarotê, os Alantesu, os Hahaintesu, Wasusu, Waiksu, Alakatesu, e os índios do Sararé.

Etreka, índio Wasusu dos seus 40 anos, relembra o seu espanto com a chegada dos "brasileiros" em seu território:

- Primeiro aqui era só índios... não tinha americano, brasileiro, Fubal, nada... era só índio.

Aí o americano chegou, passou 3 lua e veio o civilizado: Civilizado... máquina... trator... caminhão.

Fizeram estrada, derrubaram muito pau, botaram fogo e aí começou: capim, capim, capim, caminhão, vaca, vaca, fazenda, arame, arame... aí vieram mais civilizado, caminhão, vaca, vaca...

-civilizado brasileiro muito, muito, por quê? pro quê?

Sobre esse período dos primeiros contatos entre índios e fazendas sabe-se muito pouco já que o órgão oficial de proteção aos índios não se fazia presente na área (antigo SFI). Um dos poucos episódios conhecidos é que em janeiro de 1968 um Tenente Coronel Comandante da 9 Região Militar apurou o trucidamento, em fins de 1967, de seis

- Índios entre homens e mulheres por elementos armados que invadiram uma aldeado Sararé ainda arredia porto de Vila Bella.

A FUNAI e o golpe das certidões negativas

Quando o Serviço de Proteção ao Índio foi extinto pelo governo em dezembro de 1967, por corrupção administrativa e uma série de escandalosos crimes contra o patrimônio e as comunidades indígenas já estava pronto o esboço do Estatuto da Fundação Nacional do Índio. Este trabalho estabelecia uma mudança de estrutura e de métodos de ação do órgão indigenista adequando-os aos novos interesses nacionais principalmente com relação a exploração da Amazônia. Foi legitimada a utilização da renda indígena, a eventual exploração do solo ou subsolo e a transferência de grupos por "interesses nacionais".

Os Nambiquara foram uma das tribos seriamente atingidas por essa nova política com a publicação de um decreto, em outubro de 68, sobre a Reserva Nambiquara na Chapada dos Parecís. Aparentemente gerida com 1 milhão de hectares, ela desconsiderava completamente a realidade desses índios sendo que apenas 10% da população Nambiquara se encontrava na área da Reserva da qual 70% é constituída por terras áridas, cerrado e arcia.

Doze dias após a decretação da reserva na Chapada, a FUNAI começou a expedir "certidões negativas" atestando que não havia índios no Guaporé para que as empresas nacionais e multinacionais pudessem se beneficiar dos incentivos fiscais da SUDAM para implantação de suas agro-indústrias. O caso fica ainda mais comprometedor quando se sabe que a FUNAI nestas "certidões negativas" se comprometeu com as terras a transferir os grupos que se encontrassem no Guaporé para a Reserva do Pácho da BR 364. Ficou claro então que a decretação da Reserva não passava de um grosseiro engodo, uma manobra descarada para desviar as terras férteis do Guaporé, habitat tradicional dos índios, a interesses particulares.

Esse processo realmente se acelera quando o Ministro Costa

Cavalcanti assume o Ministério do Interior e o Gal. Bandeira de Mello a presidência da FUNAI. Entre 1969 e 1971 foram expedidas cerca de 20 "certidões negativas" e o Vale inteiro tomado por fazendas, sendo que um dos beneficiados foi o próprio filho do Ministro Costa Cavalcanti do grupo Sapé-Sararé.

As transferências: uma sucessão de catástrofes

O resultado catástrofico desta política não se fez esperar: no natal de 1971, equipes da FAB e da FUNAI tiveram de resgatar de helicóptero -na chamada "Operação Sararé"- índios dispersos por uma epidemia de sarampo. Toda a população com menos de 15 anos foi dizimada neste episódio.

A implantação das agropecuárias significou a derrubada anual de milhares de hectares com a contratação de outros tantos milhares de "peões". Os índios que andavam inteiramente nus e que até hoje só caçam de arco e flecha, atraídos pelas mercadorias e pelo açúcar das fazendas, frequentemente sucumbiam à gripe e à malária, abandonando suas roças e caindo numa situação de indigência e abandono. "A vida desses índios é uma vergonha não só para o Brasil mas para a humanidade", declarava em 1973 um médico da Comissão da Cruz Vermelha Internacional ao chegar ao Guaporé.

A FUNAI resolve então por em prática o seu projeto de transferir os índios para a Reserva do Cerrado, que é ampliada com mais um decreto. Nesse ano o sertanista Fritz Talsdorf consegue levar os Mamaindê e Negarotê para a Reserva e em seguida os Alantesu e os Wasusu. Os outros grupos não aceitaram a transferência e os que foram se arrependeram:

- plantamos de tudo...cará, batata, milho, mas não deu nada!! a terra não presta..."

Desorientados e famintos os índios começaram a regressar por conta própria às suas antigas malocas.

Até fins de 1974 todos os Alantesu e Wasusu já se encontravam no Guaporé. Os Mamaindê e Negarotê, sob pressão da FUNAI, conti-

nuaram com suas malocas dentro da Reserva mas sempre caçando, pescando e cultivando seus roçados em suas terras no Vale, já desapropriadas.

Ao assumir a presidência da FUNAI em 1974, o Gal. Ismarth de Oliveira, empenhado em criar uma nova imagem do órgão indigenista totalmente desmoralizado pela gestão Bandeira de Mello, promete corrigir os erros do passado e cria o Projeto Nambiquara, coordenado pelo antropólogo norte americano David Price. Uma área ao sul do Vale do Guaporé é então interdita para que nela fossem transferidos todos os índios. Esta nova iniciativa, assim como as transferências anteriores, contou com o pleno apoio dos fazendeiros que tudo faziam para verem suas fazendas desempedidas, colocando à disposição da FUNAI aviões, gasolina, mantimentos e roupas para os índios.

Certo de que desta feita a transferência seria acatada pelos índios, o Gal. Ismarth continuou legitimando a implantação das agropecuárias através de certidões negativas, na verdade repetindo os erros do passado. Em Julho de 1974 a FUNAI concede uma certidão para a firma Sorana - Comercial e Importadora S/A - instalada na área dos índios Alakatesu e Waiksu que só foram transportados de avião para a área interdita no Sararé em dezembro deste mesmo ano.

No entanto, contrariando as expectativas de todos, os índios não se adaptaram nas áreas em que foram colocados e, após sofrerem mais baixas nas suas populações, reiniciaram por conta própria uma nova peregrinação rumo às suas terras de origem.

Os Nambiquara se encontram distribuídos pelo Vale em oito grupos, cada qual à margem de um afluente do rio Guaporé. A localização desses grupos, cujo relacionamento sempre oscilou entre a guerra e a reaproximação para a realização de casamentos, atende a um equilíbrio milenar por eles estabelecido e mantido. Na disposição em que os vários grupos se situam, cada qual tem seu lugar de caçar, pescar, tirar cipó, construir suas malocas e enterrar seus mortos, e até mesmo seus espaços sagrados como nascentes e cavernas, onde residem os espíritos dos seus

antepassados. Em nenhum momento a visão Nambiquara daquele universo foi respeitada ou sequer considerada e por isso todas as "operações transferências" fracassaram. Os "maloqueiros sem-vergonha", como são jocosamente chamados no Vale, considerados objetos manipuláveis, sempre retornaram aos seus sítios originais e, embora os brancos achassem que haviam definitivamente ocupado, expropriado e repartido o Vale do Guaporé, os índios continuaram enchergando aquele espaço com os mesmos olhos, visitando as malocas vizinhas, cortando o arame nas suas trilhas, atravessando pastos e "propriedades" inteiras para se dirigirem a certos pontos, cada vez mais raros, de cacada.

A situação vai se agravando e ganha repercussão na opinião pública nacional e internacional, transpirando até mesmo através de declarações de altos funcionários do governo: "A situação Nambiquara só é comparável à dos exilados da Biafra" declara o Sr. Nelson Faria, então superintendente da SUDECO.

Os índios que permaneciam em suas malocas viam os tratores de esteira avancarem sobre eles. As aldeias do Sararé tiveram seus mangabais destruídos por uma ventania que arrastou nuvens de Tordon 155-BR - poderoso desfolhante químico produzido pela DOW Química, o famoso "agente laranja" empregado no Vietnã - pulverizado de avião para desmatar a área. Segundo declarações do Sr. Alvaro, administrador da fazenda Estrela do Guaporé, deixou de ser usado em 1977 quando foi definitivamente proibido no estado de São Paulo, mas sabe-se que este desfolhante continua sendo empregado. Em setembro de 1979 o IBDF e a Polícia Federal tentaram embargar o produto mas os fazendeiros souberam contornar a situação. De qualquer forma, o Tordon 101-BR, outro produto altamente tóxico, continua sendo empregado maciçamente na limpeza de pastos. Tornaram-se frequentes as epidemias de desintéria causadas pela contaminação, através do gado, dos únicos rios que os índios dispõem para se abastecerem de água.

Aqueles grupos que foram deslocados pela FUNAI, quando retornavam às suas antigas malocas, encontravam uma pressão ainda maior

por parte dos fazendeiros. Os Hahaintesu reconstruíram sua maloca a 50 metros da cabeceira da pista de aviação da fazenda Zillo-Lorenzetti e tiveram suas casas cercadas de arame farpado, não se sabe se para proteger os índios das vacas ou as vacas dos índios. O administrador desta fazenda chegou a pulverizar sementes de capim de avião nas derubadas que os índios haviam feito, impedindo-os de plantarem suas roças e muitos outros grupos tiveram suas plantações destruídas pelo gado. Casos ainda mais graves de extermínio, remeditado forma várias vezes denunciados, como o caso da morte de duas índias atacadas de pneumonia que não foram atendidas pela equipadíssima enfermaria da fazenda Vale do Guaporé por ordem de seu administrador, Sr. Max Mosman.

Diante do escândalo criado, a FUNAI, numa política de "dividir responsabilidades", contratou o antropólogo Pedro Agostinho da Universidade Federal da Bahia, para fazer uma avaliação da situação que ele próprio define como "a mais compulsiva e mais violenta situação de contato interétnico à que já assisti". Em dezembro de 1975 é convocada uma reunião para a qual foram convidados mais de 30 especialistas, entre indigenistas, antropólogos nacionais e estrangeiros, para debater e apontar soluções para a questão Nambiquara. A conclusão evidente da reunião foi a de que a expansão das fazendas deveria ser paralizada através de contestações jurídicas de posse por parte das agropecuárias e a área interditada assegurada aos índios.

Tôda esta mobilização em tôrno do problema, na verdade pouco serviu aos Nambiquara. O Órgão Oficial, com tantas demonstrações de boas intenções e empenho em resolver a questão, desviou as atenções e os Nambiquara saíram do cenário da imprensa por todos estes anos e nem mesmo o fato de ter sido o assunto mais discutido na CPI da Índio na Câmara Federal em 1978, voltou a chamar a atenção da opinião pública sobre o problema. Enquanto isso, a área interditada foi posta, e permanece até hoje, sub-júdice e os fazendeiros protestam na justiça exi -

blindo as criminosas certidões negativas expedidas pela própria FUNAI.

De 1976 para cá, uma à duas vezes por ano, são deslocados para a área "grupos de trabalho" que retornam com propostas de demarcações de reservas que invariavelmente são rejeitadas pelos fazendeiros e assim vão se acumulando volumosos processos nos arquivos da FUNAI. Enquanto nada se resolve, as fazendas não param de ganhar terreno, desmatando rapidamente as áreas que fatalmente a FUNAI viria a reservar para os índios.

Segundo declarações do administrador da fazenda Estrela do Guaporé, em 1976 estiveram naquela fazenda funcionários da FUNAI dizendo que haveria uma desapropriação. Enquanto a FUNAI não apresentava um traçado definitivo, a fazenda acelerou as derrubadas valendo-se de um entendimento verbal com o coordenador do Projeto Nambiquara em Culabá: "o SR.deixando uma área de 600 metros longe da aldeia não há problema nenhum em derrubar porque não vai atrapalhar a situação do índio." Hoje em dia, da casa dos Alantesu ouve-se continuamente a zozada de tratores, caminhões e moto-serras.

Finalmente, em fins de 1978, foi posta em execução uma proposta de demarcação que não garantia a sobrevivência cultural dos Nambiquara porque previa apenas áreas reduzidas para cada grupo, sem nenhum território contínuo entre as malocas, mas que, de qualquer forma, representava a última alternativa possível de conter a expansão das agropecuárias. Esta demarcação só viria atender aos grupos Hahaintesu, Alantesu, Wasusu e Negarotê que neste ano haviam deixado definitivamente a Reserva do Cerrado, retornando ao Vale.

As demarcações encontraram uma forte resistência por parte das fazendas que as interromperam várias vezes ao longo do ano de 1979, afim de renegociarem seus limites. A reserva dos Hahaintesu, por ex., que fica espremida entre a fazenda Zillo-Lorenzetti, de 100 mil ha, e as fazendas Cofap, Contap e Conguape, de 400mil ha, foi reduzida a 22.500 ha por pressão do grupo Cofap. Os Wasusu ficaram com 13.000 ha os Alantesu com 12 mil e os Negarotê com outros 12 mil.

A BR 364: novamente uma ameaça

No momento ainda existem dois casos pendentes sobre os quais o Presidente da FUNAI, o coronel Nobre da Veiga, já recebeu estudos propondo a demarcação de reservas. Por um lado o caso dos índios Mamaindê que retornaram no ano passado, a exemplo dos Negarofê, para o norte do Vale e que estão sendo ameaçados de morte pelos fazendeiros Mato Marimoto, deputado federal pelo PDS-SF, e De Lucca, e que já tiveram duas de suas malocas incendiadas por capatazes destes fazendeiros. Por outro lado, o caso dos Waiksu e Alantesu, sem dúvidas os índios mais sofridos do Vale, que tiveram recentemente dois de seus parentes espancados por empreiteiros do Sr. Helio Pereira de Moraes, que acabou de ganhar uma causa na justiça contra uma tentativa da FUNAI de embargar suas derrubadas.

Antes que a FUNAI resolva demarcar estas áreas, já pesa sobre 5 reservas Nambiquara do Guaporé uma nova ameaça: o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho, financiado pelo Banco Mundial. Como foi recentemente denunciado pelo sertanista Apolena Meireles, o asfaltamento da BR 364 deve trazer sérios prejuízos para as tribos Cinta-Larga, Suruí e Gavião e Uru-wau-wau-au, localizadas em Rondônia, aumentando consideravelmente o afluxo de colonos que vêm entrando em conflito com os índios e invadindo suas reservas. No caso do Guaporé este prejuízo vem agravado pelo fato dos grupos econômicos nacionais e multinacionais instalados na região estarem exercendo uma forte pressão no sentido de desviar o traçado original da estrada da Chapada dos Parecis para dentro do Vale. Este novo traçado que é dado pelos ministérios do Interior, dos Transportes e da Agricultura como questão fechada passa beirando as ilhas que a FUNAI demarcou para os grupos Hahaintesu, Alantesu e Wasusu, além de passar em cima de uma maloca do Sararé e dos grupos Alakatesu e Waiksu cuja existência a FUNAI parece até hoje não querer reconhecer. Embora o Banco Mundial esteja condicionando o financiamento do Projeto (o Banco entra com 30% do custo total da obra) à preservação do índio e da ecologia tudo indica que as cavernas sagradas dos Nambiquara, relíquias ar-

queológicas cobertas de inscrições rupestres, serão destruídas para servirem de pavimentação asfáltica e que a profecia indígena segundo a qual o dia em que os brancos se apoderarem das "moradas dos espíritos" o mundo se acaba. É claro que neste caso quem desaparece são o Nambiquara.

São Paulo, 10 de Maio de 1980